

Congresso derruba 6 vetos de Sarney sobre gratificações

Gilberto Alves — 6/3/89

BRASÍLIA — O Congresso Nacional, repetindo o que fez em benefício dos servidores do Supremo Tribunal Federal (STF), derrubou outros seis vetos do presidente José Sarney a projetos que concedem gratificações extraordinárias a funcionários do Poder Judiciário, em sessão conjunta do Senado e da Câmara. O comportamento do plenário obedeceu a um acordo de lideranças que reuniu todos os partidos com representação no Legislativo, da direita à esquerda.

Passaram a ter direito à gratificação de 107% os servidores do Tribunal Federal de Recursos (TFR) e da Justiça Federal de primeira instância, do Tribunal da Justiça e dos Ofícios Judiciais do Distrito Federal e dos Territórios, do Supremo Tribunal Militar e das auditorias da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral. Os funcionários de nível superior do Ministério Público da União também vão receber os 107% e os de nível médio terão 285%.

O presidente Sarney havia vetado os projetos sob o argumento de que a gratificação elevaria os vencimentos dos funcionários do Judiciário a patamares superiores aos percebidos pelos servidores de cargos equivalentes do Executivo, ferindo o princípio de isonomia estabelecido pela Constituição. A justificativa foi contestada de pronto pelo vice-líder do PDT, Lysâneas Maciel, entre outros motivos, pela ausência de um quadro demonstrativo que ilustrasse o descumprimento do princípio de isonomia.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, informou que havia conversado com Sarney sobre a decisão do Congresso de derrubar os vetos, mostrando ao presidente que a gratificação, também de 107%, concedida aos servi-



Sarney: contra aumentos

dores do STF teria que ser estendida aos outros tribunais por uma questão de igualdade de direitos. Segundo Lourenço, o presidente entendeu. O líder do PFL tinha ainda o trunfo de ter sido solicitado a derrubar o veto ao projeto de gratificação dos servidores do STF pelo ministro da Justiça e articular político do governo, Oscar Corrêa, que já pertenceu a este Tribunal.

Ao orientar sua bancada na votação de ontem, o vice-líder do PMDB, Generaldo Corrêa, lembrou o pedido do ministro da Justiça e os esclarecimentos prestados pelo procurador geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, na mesma direção, em reunião com as lideranças partidárias, na primeira quinzena de dezembro. Pertence, à época,

afirmou que as gratificações seriam justamente o instrumento para dar aos funcionários do Judiciário a isonomia em relação aos servidores dos outros poderes, lembrou o vice-líder do PMDB.

Segundo José Lourenço, o procurador disse ainda, à época, que técnicos "altamente qualificados" dos tribunais estavam indo para a iniciativa privada em função de seus baixos salários. Entre os assessores do presidente Sarney que se pronunciaram a respeito, somente o consultor geral da República, Saulo Ramos, criticou o Congresso pela derrubada do veto relativo ao STF.

Lobby — Se os argumentos dos líderes no encaminamento da votação de ontem não fossem suficientes, restaria ainda o grande lobby armado pelos servidores dos tribunais nas três entradas do plenário da Câmara, onde se deu a sessão conjunta. Eles formaram um "corredor polonês" próximo ao plenário e a cada parlamentar que passava entregavam panfletos pedindo a derrubada dos vetos. Junto às portas de entrada do local de votação, grandes grupos tentavam impedir que deputados e senadores saíssem antes de terminar a sessão.

Nas galarias, cada veto derrubado era saudado com entusiasmasdas ovações. Alguns parlamentares se revezavam ao microfone de apartes pedindo ao presidente da mesa, Nelson Carneiro, que registrasse sua presença, já que a votação era secreta.

Ao fim da apuração, o mesmo corredor polonês que antes pressionava, saudou com palmas e gritos de agradecimento os vários parlamentares que saíram do plenário. Com os braços levantado e muitos sorrisos, deputados e senadores retribuíram as saudações.